IX Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade
V Seminário Internacional Corpo, Gênero e Sexualidade
V Luso-Brasileiro Educação em Sexualidade, Gênero, Saúde e Sustentabilidade

ENTRE GRADES E DESIGUALDADES: A CONDIÇÃO FEMININA NO SISTEMA PRISIONAL

Eixo Temático: 44 - CRIME, PRISÕES E SISTEMA DE JUSTIÇA NA INTERFACE COM CORPO, GÊNERO E SEXUALIDADE

Daniele de Jesus Brandão[1]
Simone Souza Brandão [2]

RESUMO

O sistema prisional feminino no Brasil evidencia desigualdades sociais e de gênero historicamente enraizadas. Criado para moldar condutas femininas aos padrões normativos, hoje é composto por 316 unidades, muitas inadequadas. Esta pesquisa de mestrado investiga, por meio de análise documental e bibliográfica, as políticas voltadas às mulheres encarceradas, seus efeitos e limitações. A maioria dessas mulheres é negra, de baixa renda e sustenta a família. O tráfico de drogas é a principal causa da prisão. Elas enfrentam abandono, superlotação, negligência do Estado e dificuldades na reinserção. O cárcere acentua vulnerabilidades pré-existentes e amplia a exclusão social. É necessária a formulação de políticas públicas que promovam dignidade e inclusão dentro e fora do sistema prisional.

Palavras-chave: Sistema Prisional, Encarceramento Feminino, Políticas Públicas**.**

INTRODUÇÃO

Este estudo trata da realidade das mulheres no sistema prisional, tema com o qual venho me aproximando desde a graduação em Serviço Social, especialmente durante o estágio supervisionado e no Trabalho de Conclusão de Curso, que abordou a relação mãe/filho no cárcere. A partir dessa experiência, ficou evidente a escassez de debates e políticas públicas voltadas especificamente às mulheres privadas de liberdade. Questões

[1] Bacharela em Serviço Social pela UFRB, Mestranda no Programa de Pós-graduação em Políticas Sociais e Território – POSTERR/UFRB, as.danielebrandão@email.com;
[2] Pós-doutoranda no Programa de Pós Graduação em Saúde Coletiva (PPGSC) da Universidade Federal do Mato Grosso, Professora do Programa de Pós Graduação em Política Social e Territórios da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB, sibrandaoufrb@yahoo.com.br

como a existência, a efetividade e a adequação dessas políticas às necessidades reais dessas mulheres passaram a nortear minha investigação.

O sistema prisional brasileiro, historicamente estruturado sob uma lógica masculina, revela-se incapaz de atender às especificidades de gênero. O crescimento do encarceramento feminino, marcado sobretudo por mulheres negras, jovens e de baixa renda, expõe a criminalização da pobreza e a ausência de políticas de proteção social. Essas mulheres enfrentam penalidades legais e sociais, agravadas pelo abandono, pela estigmatização e pela precariedade dos territórios em que vivem.

Diante desse contexto, observa-se a preferência do Estado por uma abordagem punitiva e excludente, negligenciando políticas que considerem as múltiplas vulnerabilidades dessas mulheres. Este artigo, vinculado a uma pesquisa de mestrado em andamento, busca refletir sobre a efetividade das políticas públicas direcionadas às mulheres encarceradas no Brasil. Por meio de revisão bibliográfica e análise documental, pretende-se compreender como tais políticas, ou sua ausência, impactam a vida dessas mulheres dentro e fora da prisão, defendendo a urgência de reformas estruturais que incorporem recortes de gênero, raça e classe e promovam uma abordagem mais humana e inclusiva.

METODOLOGIA

A pesquisa adota abordagem qualitativa, com foco na compreensão crítica da realidade das mulheres privadas de liberdade no Brasil. Utiliza como procedimentos metodológicos a análise documental e a revisão bibliográfica. A análise abrange legislações, relatórios do SISDEPEN e publicações de órgãos públicos e entidades da sociedade civil. A revisão bibliográfica contempla autores que discutem o sistema penal sob as lentes de gênero, raça e classe, com base em conceitos como seletividade penal e feminismo interseccional. Por tratar-se de estudo teórico com fontes secundárias, não foi necessária aprovação em Comitê de Ética, embora todas as etapas tenham seguido rigor acadêmico e compromisso ético.

REFERENCIAL TEÓRICO

A história das prisões revela transformações profundas nas formas de punição, que variaram conforme os contextos sociais e econômicos. Até o século XVIII, predominavam punições corporais violentas, conhecidas como suplícios, que visavam não só punir, mas demonstrar o poder do soberano. Como explica Foucault (2014), esses rituais públicos de dor tinham função estratégica, regulada por critérios como a posição social do infrator e a gravidade do crime.

Com a transição para a Idade Moderna e a ascensão do capitalismo, a punição migrou do corpo para o controle disciplinar. A prisão passou a ser usada como ferramenta para moldar os indivíduos segundo padrões sociais dominantes, enfatizando trabalho, vigilância e obediência (FOUCAULT, 2017). Esse processo, no entanto, manteve a seletividade penal, atingindo com mais rigor os grupos marginalizados.

No Brasil, a pena corporal também predominou até o século XIX, sendo o corpo do condenado o principal alvo da punição (SOUZA, 2018). O sistema prisional foi se estruturando gradativamente, com celas individuais e oficinas de trabalho, buscando "reeducar" o indivíduo para o convívio social. Ainda assim, persistiram a superlotação e as condições precárias (GIMENES, 2016).

A partir do século XIX, com o Código Penal de 1890, consolida-se a prisão como principal forma de punição, mas sem romper com sua função de controle social. Ângela Davis (2016) denuncia que o sistema prisional não é neutro: ele se insere em um complexo industrial-carcerário, reproduzindo desigualdades raciais e de gênero. Mulheres negras e pobres são encarceradas de forma desproporcional, punidas não apenas pelos seus atos, mas por sua posição social.

Crenshaw (2002) propõe a interseccionalidade como chave para compreender essa realidade: o encarceramento feminino é atravessado simultaneamente por racismo, sexismo e desigualdade de classe. Julita Lemgruber (2011) reforça que o sistema penal brasileiro é seletivo, dirigido especialmente aos mais vulneráveis, e que muitas mulheres presas o são por motivos ligados à sobrevivência.

Assim, o encarceramento feminino deve ser compreendido como reflexo de um sistema desigual, que não apenas pune, mas reforça a exclusão social. A prisão, nesse

contexto, revela-se como instrumento de manutenção das hierarquias sociais e não de justiça.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

À luz da Lei de Execução Penal (LEP), especialmente dos artigos 14, 15 e 89 a 92, que asseguram os direitos à assistência material, à saúde, jurídica, educacional e social, observa-se que esses direitos são, em grande medida, negligenciados no cotidiano das mulheres privadas de liberdade no Brasil. A legislação reconhece que a mulher encarcerada possui necessidades específicas, como o direito à permanência com filhos pequenos, ao pré-natal e ao parto humanizado, bem como o acesso a unidades prisionais com estrutura sanitária adequada e espaço para amamentação. No entanto, há um abismo entre a norma e a realidade, o que evidencia a baixa efetividade das políticas públicas voltadas à população carcerária feminina.

De acordo com dados do SISDEPEN (2023), o Brasil registra mais de 26 mil mulheres presas em estabelecimentos físicos, sendo que aproximadamente 32% encontram-se em prisão provisória, sem condenação definitiva. Esse número revela não apenas a lentidão do sistema judiciário, mas também o funcionamento seletivo da justiça penal, que atua de forma mais rigorosa sobre grupos vulnerabilizados. A maioria dessas mulheres é negra (65%), com baixa escolaridade, vinda de contextos de vulnerabilidade social acentuada. Tal perfil confirma o argumento interseccional apresentado por Crenshaw (2002), segundo o qual as opressões de classe, raça e gênero se sobrepõem, criando uma marginalização sistemática.

A ineficiência das políticas públicas fica ainda mais evidente ao se observar as condições reais de encarceramento. Superlotação, celas insalubres, falta de acesso a atendimento médico ginecológico e a serviços básicos de saúde são violações constantes. Em muitos estabelecimentos, não há creches ou espaços destinados ao cuidado materno-infantil, em total desacordo com as disposições da LEP e das Regras de Bangkok, que estabelecem diretrizes mínimas para o tratamento de mulheres presas e medidas não privativas de liberdade. Essas falhas reiteram o descompasso entre a formulação legal das políticas e sua implementação concreta.

A análise crítica da eficiência dessas políticas deve considerar, ainda, que cerca de 65% das mulheres encarceradas respondem por crimes vinculados à Lei de Drogas (nº 11.343/2006), majoritariamente por delitos de pequeno porte, como o transporte ou a guarda de pequenas quantidades de entorpecentes. Muitas vezes, essas mulheres agem motivadas por necessidades econômicas extremas ou por coação dentro de contextos familiares e afetivos. O encarceramento, nesses casos, não contribui para a ressocialização, mas sim para a reprodução do ciclo de exclusão social. Ao invés de políticas públicas voltadas à prevenção, educação, geração de renda e fortalecimento comunitário, o Estado opta por uma resposta punitivista que desconsidera os determinantes sociais da criminalidade.

Ângela Davis (2016) argumenta que o sistema prisional está intrinsecamente ligado ao complexo industrial-carcerário, que transforma o encarceramento em uma atividade lucrativa, alimentada pela marginalização de corpos racializados e femininos. Essa perspectiva ajuda a compreender por que políticas públicas de caráter emancipatório, como a implementação de penas alternativas ou a ampliação de redes de apoio às mulheres egressas do sistema prisional, enfrentam tanta resistência. Para Davis, a prisão não é uma instituição de justiça, mas um dispositivo de reprodução das desigualdades estruturais.

Julita Lemgruber (2011), por sua vez, destaca que a política penal brasileira opera de maneira seletiva, sendo implacável com os segmentos mais empobrecidos da população. A ausência de uma abordagem humanizada e integradora nas políticas públicas evidencia a prevalência de uma lógica de contenção social em detrimento de uma lógica de inclusão e reabilitação.

A baixa eficiência das políticas públicas é, portanto, resultado de um tripé perverso: ausência de planejamento estratégico intersetorial, subfinanciamento das áreas sociais e ausência de vontade política para a construção de um sistema penal justo e igualitário. A aplicação da LEP, por si só, não é suficiente para transformar a realidade das mulheres encarceradas. É necessário que haja um esforço coordenado entre os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário para garantir a implementação efetiva dos dispositivos legais existentes, com fiscalização social, controle externo e mecanismos de responsabilização do Estado pelas violações de direitos.

Assim, o encarceramento feminino no Brasil revela-se como a face mais cruel de um sistema de controle social seletivo e excludente. As políticas públicas, longe de

atuarem como instrumentos de justiça social, têm operado como ferramentas de manutenção da desigualdade. A superação desse quadro demanda mais do que reformas legislativas; exige um redesenho profundo do papel do Estado na garantia de direitos, com foco em políticas preventivas, reparadoras e de inclusão. Apenas por meio da promoção de justiça social, equidade de gênero e racial, e da valorização da dignidade humana será possível construir uma política penal verdadeiramente democrática.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora esta pesquisa ainda esteja em curso, as análises já realizadas permitem algumas reflexões preliminares importantes sobre a condição feminina no sistema prisional brasileiro. O estudo evidencia que o encarceramento de mulheres no Brasil está profundamente atravessado por questões estruturais de desigualdade de gênero, raça e classe, e que o sistema penal opera de forma seletiva, atingindo majoritariamente mulheres negras, pobres, jovens e responsáveis pelo sustento familiar.

A partir da análise documental e bibliográfica, é possível perceber que as políticas públicas destinadas a esse público são, em grande parte, insuficientes, desarticuladas ou mal implementadas. Ainda que haja dispositivos legais que assegurem direitos fundamentais às mulheres privadas de liberdade, como os previstos na Lei de Execução Penal, tais garantias frequentemente não se concretizam na realidade cotidiana das unidades prisionais.

A ausência de políticas efetivas voltadas à reinserção social dessas mulheres agrava sua situação de vulnerabilidade, contribuindo para a reincidência e perpetuando o ciclo de exclusão. Soma-se a isso o abandono familiar, a precariedade estrutural dos presídios femininos, a escassez de assistência em saúde, educação e trabalho, bem como a invisibilidade social que cerca essas mulheres antes, durante e após o cumprimento da pena.

As teorias de Foucault, Davis, Crenshaw e Lemgruber ajudam a compreender que o cárcere não é apenas um espaço físico de punição, mas uma ferramenta de controle social que reforça estigmas e desigualdades históricas. O aprisionamento feminino, longe de ser neutro, reflete e reproduz a lógica de um sistema patriarcal, racista e excludente.

Dessa forma, mesmo em fase preliminar, a pesquisa aponta para a necessidade urgente de reformas estruturais no sistema penitenciário, com a adoção de políticas públicas interseccionais, que considerem as especificidades de gênero, raça e classe. É fundamental superar a lógica meramente punitiva e construir estratégias que garantam dignidade, proteção de direitos e possibilidades reais de reintegração social para as mulheres em situação de privação de liberdade.

Espera-se que as etapas seguintes da pesquisa aprofundem essas discussões e contribuam para o fortalecimento de um debate crítico e propositivo sobre o encarceramento feminino no Brasil.

REFERÊNCIAS

BRASIL. *Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984.* **Institui a Lei de Execução Penal**. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 13 jul. 1984. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7210.htm. Acesso em: 16 maio 2025.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Departamento Penitenciário Nacional**.** ***INFOPEN Mulheres: levantamento nacional de informações penitenciária****s – junho de 2018.* Brasília, DF: DEPEN, 2018. Disponível em: https://www.gov.br/depen/pt-br/assuntos/infopen/relatorios-infopen/mulheres/relatorio-infopen-mulheres-2018.pdf. Acesso em: 16 maio 2025.

CRENSHAW, Kimberlé. **Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero.** Genebra: ONU, 2002.

DAVIS, Angela**. Estarão as prisões obsoletas?** Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão.** Tradução de Raquel Ramalhete. 42. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

GIMENEZ, Nathália Fernandes. **A REALIDADE DA MATERNIDADE NO SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO.** Monografia apresentada como requisito parcial de Conclusão de Curso para obtenção do grau de Bacharel em Direito, 2016.

JESUS, Fernanda Ferreira de. **Políticas Públicas Penitenciárias e o Processo de Prisonização: um estudo sobre mulheres em situação de prisão no Conjunto Penal de Feira de Santana – BA.** Monografia apresentada ao Colegiado do Curso de Serviço Social, da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, como requisito para obtenção do Grau de Bacharel em Serviço Social, 2012.

LEMBGRUBER, Julita. ***Mulheres encarceradas: invisibilidade e abandono***. Rio de Janeiro: CESeC, 2011.

MACHADO, Ana Elise Bernal; SOUZA, Ana Paula dos Reis; SOUZA, Mariani Cristina de. **Sistema penitenciário brasileiro–origem, atualidade e exemplos funcionais**. Revista do Curso de Direito da Faculdade de Humanidades e Direito, v. 10, n. 10, p. 201-202, 2013.

RUFINO, Priscila de Moraes**. A PRODUÇÃO DA POBREZA NA SOCIABILIDADE CAPITALISTA**. In: VIII Jornada Internacional Políticas Públicas. Universidade Federal do Maranhão, Centro de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas. 2017. 11 f.

SOUZA, S. B. **LÉSBICAS, ENTENDIDAS, MULHERES VIADOS, LADIES: AS VÁRIAS IDENTIDADES SEXUAIS E DE GÊNERO QUE REITERAM E SUBVERTEM A HETERONORMA EM UMA UNIDADE PRISIONAL FEMININA DA BAHIA.** Tese (Doutorado - Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade) -- Universidade Federal da Bahia, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Milton Santos, 2018.